

O cônsul português que salvou milhares de vidas

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: Bruno Cardoso Reis

Em 1940, Aristides de Sousa Mendes do Amaral e Abranches (1885-1954) salvou milhares de pessoas, embora o número exacto seja impossível de calcular, da morte certa às mãos dos nazis. Que nos diz a sua punição por Salazar a respeito do Estado Novo? Foi Aristides de Sousa Mendes punido pelas suas convicções democráticas? É esta a prova de que se tratava de um regime fascista alinhado com o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial?

Um cônsul rebelde

Aristides de Sousa Mendes não foi um funcionário exemplar. É evidente, ao ler o seu processo no MNE, que repetidamente mostrou não ter uma grande veneração pelo cumprimento estrito das regras de funcionamento do Ministério. Na verdade, pode-se ver a questão como sendo um problema de personalidade, ou simplesmente um exemplo da resistência dos velhos costumes, ainda bem enraizados no final do século XIX – vide o caso de um ilustre funcionário consular, Eça de Queirós – quando era dada grande latitude na ocupação do seu tempo aos cavalheiros que representavam o país no estrangeiro. A verdade é que houve variadas queixas relativamente ao seu incumprimento do regulamento: de deslocações parcialmente não autorizadas, ao atraso na transferência de verbas, de conflitos com as comunidades portuguesas da Califórnia, até correspondência oficial em papel vulgar e descuidos com a cifra.

Elas deram lugar a várias repreensões. Mas mereceu também um louvor pelo seu labor empenhado na exposição internacional de 1935. E apenas uma falta grave deu lugar a uma punição importante – a sua suspensão entre 1919 e 1921 – por ter sido considerado «hostil ao regime vigente», ou seja, monárquico. Aristides de Sousa Mendes orgulhava-se das suas origens aristocráticas e era também um católico devoto. Ou seja, ideologicamente não se pode dizer que a família Sousa Mendes estivesse próxima da oposição ao Estado Novo, maioritariamente republicana e anticlerical. Na verdade, o seu irmão gémeo, que ingressou ao mesmo tempo na carreira diplomática, César de Sousa Mendes, foi mesmo convidado por Salazar a assumir a direcção do MNE no seu

primeiro governo, em 1932, ainda que por pouco tempo, pois entrou em choque com o poderoso Secretário-geral, Teixeira de Sampaio, numa altura em que o fundador do Estado Novo queria paz nos Negócios Estrangeiros precisamente para firmar a sua posição e assentar as bases do regime. Tem isto alguma importância para o caso que tornou Aristides de Sousa Mendes famoso? Parece-nos que sim.

Este algo acidentado percurso, anterior a 1940, mostra que Aristides de Sousa Mendes tinha uma personalidade pouco afeita a moldar-se aos imperativos da obediência a ordens e regulamentos, e era firme nas suas convicções, mesmo quando isso podia acarretar problemas para a sua carreira. E isto, apesar de não ter fortuna pessoal e ser responsável por uma família numerosa, de 12 filhos à data dos acontecimentos que o tornaram famoso. Mostra também que os tempos do melhor relacionamento da família Sousa Mendes com Salazar tinham passado.

O drama de 1940

No final de 1939, e na primeira metade de 1940, como cônsul de 1.^a classe em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes viu-se confrontado com o drama dos refugiados do nazismo. Uma onda avassaladora de fugitivos de toda a espécie varreu a França à frente da fulminante invasão alemã que em 45 dias percorreu a distância entre as fronteiras franco-alemã e franco-espanhola. O chefe da representação diplomática na Bélgica, Calheiro e Menezes, no seu depoimento como testemunha de defesa de Sousa Mendes, descreve bem esta vaga que ele acompanhou a partir de Bruxelas: «eram milhares de pessoas angustiadas que haviam sido metralhadas ou bombardeadas na fuga, em cidades por sua vez sujeitas diariamente aos raids e alertas aéreos. O pânico é contagioso até fisicamente, e desde que [...] saiu de Bruxelas [...] não viu senão pessoas a quem faltava inteiramente a serenidade. [...] só uma ideia existia e dominava tudo: a fuga». Muitos cometeram suicídio perante a perspectiva de captura pelos nazis, como também refere Sousa Mendes na sua defesa. O exemplo mais conhecido, mas longe de único, é o do intelectual judeu alemão, Walter Benjamin, que se matou às portas dos Pirinéus, em Port Bou, em Setembro de 1940.

Calheiro e Menezes descreve também a situação em Bordéus e em torno do consulado de Baiona. Na primeira cidade, onde encontrou Sousa Mendes de cama, no consulado tudo parecia normal, mas refere que havia «milhares e milhares de fugitivos, procurando abrigo sem o encontrar. Nas ruas um tráfego inaudito. Numa palavra [...] pânico colectivo». Em Baiona, uns dias depois, a crise tinha-se ainda agravado, e Sousa Mendes ter-se-ia alegadamente deslocado aí depois de telefonemas do seu colega a queixar-se do caos reinante. O consulado estava cercado por uma multidão tal que

Menezes refere que «penetrar pelos seus próprios meios no edifício tornava-se impossível e até talvez perigoso, tal era o número de pessoas e a sua atitude». Teve de telefonar para o virem buscar, e acrescenta que no interior do edifício «a confusão e o barulho eram indescritíveis» e que o «Dr. Mendes» lhe pareceu «bastante excitado, mas como todos o estavam» não atribui demasiada importância ao facto. Este relato ilustra bem o drama enfrentado por Sousa Mendes, que tinha de obrigar pessoas em desespero total a esperar de autorização de Lisboa para lhes dar o visto que podia salvar-lhes a vida e devolver a esperança. Como comenta Menezes, «para resistir às súplicas e imploração de tantos desgraçados apavorados com a aproximação do invasor e ao justo medo do campo de concentração [...] se requeria uma coragem pouco banal». Ou talvez fosse o contrário... De facto, já desde o final de 1939 que o cônsul em Bordéus tinha contornado as instruções restritivas do MNE em alguns casos individuais[i].

Apesar dos avisos do MNE de que novas desobediências teriam consequências sérias, e aparentemente sob influência do convívio constante com os refugiados que acolhia na sua própria casa, adjacente ao consulado – para não perderam a vez as pessoas pernoitavam em torno do edifício –, Aristides de Sousa Mendes viveu uma crise de consciência que o levou, a partir de 16 de Junho, depois de uns dias de cama e oração, a desobedecer abertamente às ordens expressas e repetidas do MNE, passando a conceder vistos a todos os que o pediam, mesmo na ausência de um passaporte válido. Mais, viajou até Baiona, para onde se tinha deslocado a massa dos refugiados, e de acordo com o telegrama que o dito consulado expediu a 21 de Junho para o MNE, terá dado instruções para se proceder de igual forma, alegando instruções superiores. Teria mesmo prosseguido a sua acção junto da fronteira, em Hendaia, aonde foi confrontado por Pedro Teotónio Pereira, embaixador em Madrid, homem da máxima confiança de Salazar, que, alertado pelas queixas das autoridades espanholas quanto à onda crescente de refugiados com vistos para Portugal, tinha ido inspeccionar o terreno. Foi ele que deu oralmente ordem a Sousa Mendes para regressar a Portugal imediatamente, e que informou as autoridades espanholas de que deviam deixar de considerar como válidos os vistos emitidos por ele.

O processo disciplinar

Ironicamente, no entanto, antes das queixas espanholas, como a nota de culpa do processo disciplinar a Sousa Mendes deixa claro, foram os britânicos que chamaram a atenção para a anormalidade da situação! Aparentemente preocupados com a possibilidade de infiltração de espões alemães numa onda descontrolada de refugiados, e alertados, suspeitava Sousa Mendes, pela queixa de uma senhora inglesa

incomodada com a demora em lhe ser dado um visto dada a confusão reinante, lançava o Foreign Office a suspeita da venalidade sobre ele. Isto é duplamente irónico. Por um lado, Sousa Mendes dispensou o pagamento de emolumentos a que tinha direito para apressar a concessão de vistos; por outro, coube ao célebre capitão Lourenço, director da PVDE, antecessora da PIDE, informar o relator do processo que a informação era destituída de fundamento! Se assim não fosse, as consequências para Sousa Mendes poderiam ter sido bem mais sérias.

Este facto, e as conclusões do instrutor do processo disciplinar, que recomendava uma suspensão entre 30 e 120 dias, mostram que não existia uma particular sanha da parte dos seus colegas, e mesmo de outros organismos do Estado, para a punição de Sousa Mendes. O conde de Tovar, outro católico monárquico, a quem cabia, como Director Geral do MNE, instruir o caso, recomendou, no entanto, o agravamento da pena para despromoção – mas pelo menos Sousa Mendes era mantido no activo, o que em termos de remuneração era importante. Ainda que na prateleira, pois Tovar deixava claro que entendia não poder assumir a responsabilidade de o voltar a nomear para um posto no exterior, dado o seu historial de desobediência. Tinha-lhe causado escândalo que «já subtraído às influências do meio em que foi acto foi praticado, não hesita em sustentar [...] que, o seu acto [...] não é culposo, mas pelo contrário meritório e louvável»[ii].

Efectivamente, Aristides de Sousa Mendes tinha recusado seguir um caminho óbvio na sua defesa. Foi repetidamente referido por testemunhas de defesa e de acusação que ele estava desvairado, como afirmou Teotónio Pereira, até para justificar o cancelamento dos vistos junto da fronteira espanhola, «era minha convicção que o referido cônsul havia perdido o uso da razão». No entanto, na sua resposta ao processo que lhe era movido, Sousa Mendes optou por não recorrer a este argumento. Embora se tenha referido a «razões de força maior» para explicar as suas acções, e reconheça ser evidente que elas não podiam «deixar de causar estranheza», acrescenta que «estranho era tudo quanto se passava». Afirmou que procedeu «sempre segundo os ditames da minha consciência», pois «apesar do esgotamento nervoso que sofri [...] nunca deixou de me guiar no cumprimento dos meus deveres, com pleno conhecimento das minhas responsabilidades». Confirmou que «era realmente minha intenção ‘salvar toda aquela gente’ [palavras que lhe são atribuídas pelo seu colega da Baiona], guiado por ‘razões de humanidade que não distinguem raças nem nacionalidades» e pelos exemplos de generosidade e altruísmo na história portuguesa[iii]. Dir-se-ia, na verdade, que também ele se preocupava mais com o seu lugar na história do futuro, do que com os seus interesses imediatos.

Salazar e o caso Sousa Mendes

Salazar não se deixou convencer por estes argumentos humanitários de Sousa Mendes, com quem, aliás, recusou sempre encontrar-se. É evidente que não se tratou aqui de um conflito ideológico. Sousa Mendes era um católico conservador. E se Salazar teria alguma simpatia por Mussolini, sempre deixou claro de que não se guiava em política externa por afinidades ideológicas. A sua acção em 1939 e 1940 foi no sentido de evitar a entrada da Itália e da Espanha na guerra ao lado da Alemanha, como forma de criar uma zona de paz que salvaguardasse a neutralidade portuguesa. Não há o menor sinal de que simpatizasse com o anti-semitismo de Hitler. Afinal, o papa Pio XI tinha-o condenado claramente; e Salazar dava-se bem com o líder da comunidade judaica em Portugal, Moisés Amzalak.

O líder do Estado Novo nunca apresentou o menor obstáculo ao trânsito por Portugal de refugiados do nazismo, judeus ou não. O grande problema era o dos refugiados relativamente aos quais não havia a garantia de poderem sair de Portugal, e cuja presença poderia tornar-se permanente. Era isso que Salazar temia por razões económicas, e pelos potenciais conflitos que poderiam suscitar. Mais, no Verão de 1940, com a entrada da Itália na guerra ao lado de uma Alemanha aparentemente imparável, e a Espanha a passar da neutralidade para a não-beligerância, era natural o temor de que os refugiados se tornassem num foco de tensões com estes dois países e, portanto, potencialmente uma ameaça directa à segurança de Portugal.

A posição de Sousa Mendes pôs em causa o controlo do fluxo de refugiados num momento particularmente delicado da conjuntura internacional. Mais, nenhuma organização complexa pode funcionar sem um certo grau de hierarquização e de ordem. Dificilmente uma desobediência repetida, pública e com importantes consequências práticas, como a de Sousa Mendes, deixaria de ser punida de alguma forma, qualquer que fosse o regime vigente. Mas no caso de Portugal em 1940, o que estava em jogo era a própria essência do regime. Um Estado autoritário não poderia sobreviver se os seus funcionários começassem a invocar razões humanitárias para desobedecer. A punição de Sousa Mendes, católico, aristocrata e irmão de um antigo ministro, devia deixar claro que mesmo nas circunstâncias mais extraordinárias, mesmo um diplomata de boas famílias não deixaria de ver a sua carreira e situação pessoal completamente arruinada se desobedecesse a Salazar. Ele não foi expulso da carreira ou privado da reforma, mas esta representava apenas uma pequena parte do vencimento, que era ainda complementado pelos emolumentos dos serviços prestados no activo. E Sousa

Mendes tinha uma família vasta. Foi-lhe impossível manter o nível de vida a que se tinha habituado. Chegou mesmo a recorrer às cantinas criadas pelas organizações internacionais de ajuda aos refugiados que ele tinha ajudado a vir para Portugal.

Provavelmente Salazar considerava a punição que lhe tinha aplicado relativamente leve. E a verdade é que não era exactamente costume seu voltar atrás nestas questões. Portanto, nada mudou. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, quando nenhum risco poderia advir de reconhecer as circunstâncias excepcionais que tinham rodeado o caso Sousa Mendes, a generosidade dos seus motivos, e o prestígio para Portugal de ter permitido o trânsito de tantos refugiados. Apesar de Salazar se ter mostrado muito mais tolerante às desobediências de Carneiro Pacheco, antigo professor seu em Coimbra, que se envolveu numa rede de auxílio dos diplomatas no Vaticano a soldados britânicos fugidos, e actuou como facilitador das negociações entre o governo italiano de Bodoglio e os Aliados. Apesar de todo o horror dos campos de concentração ter passado a ser conhecido. O apelo de Sousa Mendes à Assembleia Nacional, em 1945, foi completamente ignorado. Provavelmente pelo seu tom, apenas contribui para reforçar a hostilidade do regime para com ele.

Em suma e para concluir, distorcer os factos só diminui o interesse da história extraordinária de Sousa Mendes. O facto de ele não ser um cônsul particularmente exemplar em nada retira valor ao seu impulso de ajudar, numa situação de enorme crise humanitária, quem o veio procurar, pondo em risco a sua carreira e a subsistência adequada da sua família. Fazer dele uma figura exemplar é fácil. Fazer dele um exemplo é mais complicado, pelas implicações práticas que isso tem. Nomeadamente, fazer pelo menos mais do que aquilo que o Portugal de Salazar fez. Muito graças a Sousa Mendes, pois, como quer Teotónio Pereira, quer o capitão Lourenço testemunharam que na grande vaga do Verão de 1940, a maior parte dos refugiados tinham vistos dados por Sousa Mendes. Mas a verdade é que em circunstâncias económicas e internacionais bem difíceis, muitos milhares de pessoas foram passando por Portugal. O que fazemos nós hoje neste campo? Salazar e o seu regime já desapareceram há muito, mas o problema das perseguições políticas, étnicas e religiosas continua no presente. O drama dos refugiados é hoje um dos principais problemas globais. Será a contribuição portuguesa digna do exemplo de sacrifício de Aristides de Sousa Mendes?

PARA SABER MAIS

Manuel Franco e Isabel Fevereiro (eds.), *Vidas Pougadas : A acção de três diplomatas portugueses na II guerra mundial, catálogo de exposição [...]*, (Lisboa : Instituto Diplomático e Arquivo Histórico Diplomático do MNE, 2000).

[i] Todas as citações anteriores são de AHD-MNE, Caixa Forte, Processo Disciplinar ASM, Depoimento da testemunha de defesa Francisco de Calheiros e Menezes, 19.08.1940.

[ii] AHD-MNE, Caixa Forte, Processo Disciplinar Aristides de Sousa Mendes, Depoimento da testemunha de defesa Pedro Teotónio Pereira, 26.07.1940.

[iii] AHD-MNE, Caixa Forte, Processo Disciplinar ASM, Defesa de ASM, 10.08.1940.